

## UM ENSAIO SOBRE AUTORIA E OS SENTIDOS DE CRIANÇA NO TRÁFICO

Ane Ribeiro Patti

Soraya Maria Romano Pacífico

Lucília Maria Sousa Romão

### I-) Indagações iniciais

*“O morro não tem vez, e o que ele fez, já foi demais.../ mas olhem só vocês, quando terem vez ao morro toda a cidade vai cantar...”*

Este trabalho busca investigar indícios de autoria inscritos em um discurso midiático que dá a ver sobre alguns modos como os filhos e netos do tráfico de drogas ora são falados, e que ora falam, sendo inscritos e se inscrevendo no discurso, fazendo circular traços e vestígios dos sujeitos. As condições de produção desses dizeres seriam afetadas pelos sentidos de urbano, de modernidade globalizada, ou ainda, pela cidade que nos a/parece de forma segregada? Perguntamo-nos: será possível para essa criança “adotada” pelo tráfico fazer ecoar seu discurso na ideologia dominante? Quais efeitos passíveis de leitura sobre a argumentação e a autoria nesse contexto ditado pela

mídia com sentidos de opressão e aparente falta de escolha? Essas questões e alguns dos conceitos basilares da Análise do Discurso de matriz francesa nortearão este trabalho, tais como: a autoria, a linguagem, o sujeito do discurso, as formas leitura, o discurso, a ideologia, e os sentidos. Ainda, buscamos fazer uma tessitura com/sobre os sentidos de crianças no contexto do tráfico de drogas e a mídia, sem a pretensão de estabilizar sentidos na lógica do que “é” ser criança hoje no Brasil, mas na trilha de analisar o discurso, investigar algumas possibilidades de autoria e rastrear a fala em curso de sujeito(s) cuja voz faz falar um modo de estar incluído na infância e no tráfico através de enunciados midiáticos.

## **II-) O princípio da autoria**

*“Eu quero chegar antes... pra sinalizar o estar de cada coisa, filtrar seus graus...” (Adriana Calcanhoto)*

A noção de autoria trabalhada por Pacífico (2002) tem a ver com um posicionamento do sujeito no discurso, *“dentro de uma formação ideológica que se materializa em uma formação discursiva, que nem sempre é a mesma para todos (...)”* que o escutam ou que o lêem (no caso, se for autor de um texto escrito), mas que, pelo autor considerar esse “suposto outro”, diferente dele, irá se posicionar imaginariamente em lugares diferentes do lugar de autor, quais sejam, o lugar de quem escuta, o de quem lê. Não é só a dialogia que o autor precisa considerar. Para que o princípio de autoria se instale, é preciso que o autor tente controlar a dispersão textual, os sentidos do texto, os pontos-de-fuga, a incoerência (Orlandi (1996a) apud Pacífico, 2002), o que se viabiliza lingüisticamente *“quando o sujeito volta ao texto, “amarrando” as partes do texto através de mecanismos de coesão, dos conectivos interfrásticos, considerando o outro (empírico/leitor) e o Outro (lalangue), ou seja, considerando o aspecto dialógico da linguagem (o leitor, a ideologia, o interdiscurso)”* (Tfouni (2001) apud Pacífico (op.cit, p.83).

A linguagem pode ser tomada aqui como transformadora, ela é múltipla, tem plasticidade, é dialógica, constituída e constituinte pelos/dos processos histórico-sociais (Orlandi, 1993) e uma de suas funções seria a de *“comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive.”* (Gnerre, 1998, p.05), como um jogo simbólico interativo. A linguagem abarca uma função de tradição (processo parafrástico) e uma função criadora (processo polissêmico), provendo o suporte necessário para que dela advenha um sujeito, e seus posicionamentos discursivos; discurso aqui entendido como a fala em curso, constituído portanto, pela materialidade lingüística encorpada sócio-historicamente. Onde há posicionamento do sujeito falante, há também toda uma construção ideológica que irá promover o mecanismo de naturalização e/ou apagamento de sentidos, sustentando os assujeitamentos dos sujeitos, seja na impossibilidade de se localizar onde surgiu seu pensamento, dando a ilusão de que surgiu no sujeito (esquecimento n. 1), ou ainda conseguir dizer literalmente o que se pensa (esquecimento n.2): “um discurso significa à revelia da intencionalidade do sujeito, de sua suposta potência de conseguir expressar aquilo que pensa, da evidência de ele ser a fonte do seu dizer e da obviedade de suas palavras em relação às coisas e ao mundo. É o que encontramos em Pêcheux (1998, p. 163): *“o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina”* e que *“o termo esquecimento não está designando aqui a perda de alguma coisa que se tenha um dia sabido, como quando se fala de “perda de memória”, mas o acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito”* (op.cit., p.183).” Ainda que advertidos quanto às ilusões em que o sujeito se constitui, o que nos inclui mesmo trabalhando com esta teoria, não devemos nos esquecer (no sentido da memória) que as palavras têm memória, têm história, e carregam consigo toda a rede significativa outrora condensada pelos seus usos, em diferentes momentos históricos, por diferentes enunciadorees. Segundo Gnerre (1998) *“o poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato lingüístico”* (p.05). Quando fazemos a passagem da palavra oral para a escrita, esse “poder” fica ainda mais marcado, já que o texto escrito produz-se um registro que pode *“perpetuar nossas idéias”* ( Pacífico, 2002, p. 82). À medida que as produções lingüísticas se dão no teor de contextos específicos sociais e culturais, e que são

regidas por regras que as governem e que consideram as relações sociais entre o falante e o ouvinte, vão adquirindo valor:

*“Todo ser humano tem que agir verbalmente de acordo com tais regras, isto é, tem que “saber”: a) quando pode falar e quando não pode, b) que tipos de conteúdos referenciais lhe são consentidos, c) que tipo de variedade lingüística é oportuno que seja usada.”* (Gnerre, 1998, p. 06).

Assim, o autor vai ao encontro com o que Tfouni (mimeo- 2007) coloca sobre tomar a palavra enquanto um ato político, ou um ato social com todas suas implicações: “conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc”, segundo Orlandi (1993, p.17). Em outro livro (Orlandi, 2001), a autora nos aponta para o político como a instância que decide os sentidos. E se o político decide os sentidos, como eles seriam constituídos? No processo de significação, a ideologia fornece os sentidos possíveis e seus interditos às formações sociais, e estas às formações discursivas, que, por sua vez, determinarão os sentidos que circulam nas formações imaginárias que balizam as relações de forças no discurso, o que quer dizer que os sentidos mudam conforme passam de uma FD à outra, já que as palavras se relacionam de forma diferente conforme a ideologia que as empregam (Patti e Romão, 2007).. Portanto, a seleção de palavras que o sujeito faz ao enunciar, ou as que ele deixa de escolher, fazem arranjos diferentes, e significam.

Desse modo, se a ideologia dominante determina o que pode o ou não estar constituindo sentidos, é ela mesma que legitima um dizer. Em Gnerre (1998, p.08) encontramos a definição de legitimação: *“A legitimação é “o processo de dar ‘idoneidade’ ou ‘dignidade’ a uma ordem de natureza política, para que seja reconhecida e aceita” (Habermas, 1976)”*. O que não inviabiliza que outros dizeres possam emergir, circular, para além dos sentidos dominantes, o que fica evidente na relação intertextual dos discursos apontada nos seguintes “links”: emerge o real na língua, pelos furos de linguagem, pelo equívoco, atos-falhos, non-sense, ambigüidades: *“Todo discurso nasce em outro (sua matéria-*

*prima) e aponta para outro (seu futuro)”* (Orlandi, 1993, p.18) e que *“permite outras possibilidades de leituras”* (Pacífico, 2002, p.84).

Percorridos os momentos de introdução deste trabalho, perpassando brevemente pelos conceitos de autoria, linguagem, discurso, sujeito do discurso, a ideologia, os sentidos e a importância de se considerar a História, a memória do dizer, e as condições de produção, daremos seqüência ao nosso escrito resgatando um fio da história sobre a infância, e sobre a mídia enquanto uma grande máquina propulsora de significações dos/nos dizeres sobre a infância e o tráfico no contemporâneo em nossa sociedade pós-moderna, urbana, pós-industrial.

### **III-) Algumas palavras sobre a infância**

*“Lá não tem moças douradas/  
Expostas, andam nus/ Pelas  
quebradas teus exus/ Não tem  
turistas/ Não sai foto nas revistas/  
Lá tem Jesus/ E está de costas.”*  
(Chico Buarque)

Quanto à história da infância, investigamos: poderíamos considerar a palavra “infância” para significar uma determinada faixa etária, situada entre o nascimento até a puberdade que requer cuidados especiais em relação à criação e proteção, direitos e deveres especiais, visto que compreender os primeiros anos de vida aos doze anos de idade aproximadamente. Tal definição encontrada nos dicionários e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que também afirma ser a infância passível de uma divisão em três estágios - primeira, segunda e terceira infância - é algo muito recente em nossa história civil. Apenas para fazer um paralelo, lembramos que infância para a psicanálise, se trata de outra coisa, a saber: de um traço que persiste mesmo na vida dita

adulta, sem desenvolvimento, o infantil como uma característica do sintoma, a “*criança generalizada*” que Lacan nos diz. (Sauret, 1998).

E para acompanhar a construção do conceito de infância, para a posteriori questionarmos a nova infância ou seu desaparecimento, iremos percorrer a historicidade do significante “*infância*”, rastreando as marcas indiciárias do modo como a criança foi nomeada, vista, representada no discurso histórico. E como se diferenciam as marcas conforme a época em que foram tomadas: na Antigüidade, na Idade Média, no Renascimento, na Modernidade e na dita Pós-Modernidade.

Hoje a realidade escolar e suas relações implicadas e permitidas são bem diferentes, por exemplo, da época em que a infância não era considerada em seu atual estatuto, sendo que “*as transformações históricas possibilitam-nos a compreensão da produção dos discursos, seu aparecimento em determinados momentos e sua dispersão*” (Fernandes, 2005, p. 25 a 27). Consideramos importante investigar, pelo fio das discursividades, os modos como a palavra infância já foi dita em outros contextos, historizando sentidos sobre o que é e o que não é da ordem do infantil, pois “*é visível que o comportamento, a linguagem, as atitudes e os desejos - mesmo a aparência física - de adultos e crianças se tornam cada vez mais indistinguíveis*” (Postman, 1999, p.18). Esse autor discute o surgimento do conceito de infância e seu atual desaparecimento na cultura americana, o primeiro fundado pela prensa tipográfica e o segundo pela mídia eletrônica. Em relação ao primeiro afirma: “*a idéia de infância é uma das grandes invenções da Renascença. Talvez a mais humanitária. Ao lado da ciência, do estado-nação e da liberdade de religião, a infância, como estrutura social e como condição psicológica, surgiu por volta do séc. dezesseis e chegou refinada e fortalecida aos nossos dias*”. (Postman, 1999, p.12).

Se retornarmos à Idade Média, na Europa mais especificamente (que é considerada berço cultural e do poder econômico das sociedades ocidentais), as crianças experienciavam juntamente aos adultos toda uma gama de situações cotidianas, tais como o convívio escolar, rodas de história, leituras de repouso, trabalho (Postman, 1999), “*participando da vida adulta em todos os momentos (políticos, festivos, bélicos)*. Devido à essa convivência, elas tinham assegurado seu lugar nas tradições culturais, como nas narrações de histórias, nos cantos e

*nos jogos.*” (Coito, 2003, p.114). Neste período da história, a criança ficava em contato direto com fatos, dados e contos bárbaros, “cruéis e desumanos”, sem a ligação afetiva interfamiliar que concebemos hoje, além do que, a criança “não tinha o direito de tomar decisões” (id., ibid.), sua voz era silenciada conforme a epistemologia da palavra, “infans”, “infante” aquele que ainda não sabe/pode falar. A tradição oral, não exigia autoria das histórias narradas, o autor era indefinido, também nos contos e mitos; estes eram construídos pelos povos, passados de boca a boca.

É no séc. XVII que observamos uma mudança nos padrões educacionais, que serão regidos pela Igreja, um poderoso aparelho ideológico, que resgata o valor da infância, autorizando a criança como um indivíduo. *“Os textos dados a ler às crianças traduziam-se em manuais de bom comportamento, de higiene e de instruções de caça”* (Coito, 2003, p.114), e os contos ganham denotações de lições de moral. *“Foi a partir do sac. XVIII, com a ascensão social da burguesia, quando as mulheres e as crianças passaram a ter estatuto social, que ocorreu a estruturação da família e suas relações tornaram-se regidas pela afetividade.”* (id. ibid.). Isso nos lembra que os vínculos afetivos não são nativos das pessoas nem das sociedades, mas um produto cultural que se processa na entrada da civilização, um efeito de linguagem sobre o sujeito. Continua a autora:

*“A criança burguesa - principalmente os meninos – passa, então, a receber orientação escolar, feita por um professor, no ambiente familiar. O mesmo não ocorreu com as crianças da classe operária, que eram deixadas ao acaso enquanto os pais saíam para trabalhar. Essa ociosidade infantil era um dado preocupante na sociedade da época, pois isso significava uma ameaça social. Para amenizar essa ameaça, criaram-se instituições filantrópicas que trabalhavam, no campo da leitura, com produções de cunho pedagógico com o intuito de serem usadas como instrumento de dominação, ou seja, os textos*

*produzidos tinham em sua subjacência um caráter moralizante”. (id., ibid.).*

E chegando ao séc. XIX, além da preocupação literária com os valores morais e didáticos, a estética também passa a ser incluída, e com ela, urge a necessidade de um outro olhar, uma autoria: os textos literários passam a ganhar assinatura. Da voz ao olhar, das tradições das narrativas orais à inscrição de textos literários escritos, os vestígios antepassados que serviriam de base para a nossa sociedade do espetáculo contemporânea. Uma viagem pela história nos aponta para as diferenças de sentidos de infância transformadas sócio-historicamente num processo lento e gradativo no ocidente, e que nos chega ainda hoje, mas num deslocamento temporal, marcado por efeitos de uma velocidade fulgás, dando a ver seus efeitos em suas vestimentas, nas brincadeiras, jogos, no linguajar ou no consumo midiático. Hoje vemos pais que se preocupam com a fama de seus filhos, o que dá um novo caráter aos esportes, por exemplo, que se tornaram meio de conquistas financeiras e prestígio social, viram destaque na mídia. Isso independe do lugar social que a família ocupa, é um discurso que circula. É o que observamos no caso das modelos, em seus doze, treze anos, posando de mulheres adultas, espertas, *“sexualmente atraentes, completamente à vontade num ambiente de erotismo”* (Postman, 1999, p.17) conquistando suas independências financeiras, mas muitas vezes acompanhadas dos prejuízos na saúde física e psicologicamente (anorexia, depressão, etc.). No âmbito das comunidades, há este espelhamento do alpinismo social, que, segundo MV Bill (Revista Época on-line):

*“Essas minas que só gostam de quem tá com fuzil são a reprodução das modelos do asfalto. Procuram o cara que tem estabilidade financeira, cantor de pagode ou jogador de futebol, o importante é a conta bancária. Na comunidade, acontece a mesma coisa. A menina olha ao redor e acaba identificando um cara que pode dar isso para ela, uma vida sem passar*

*necessidade, com status, e a arma é um fascínio a mais. É o mesmo que no asfalto, só que em outra escala. Tem o gari, o pedreiro, o que vende cerveja no sinal. Mas o traficante é o que tem situação melhor. No meio dessas poucas referências de êxito, o tráfico acaba sendo uma grande opção para quem nasce no time das impossibilidades. A todo momento, eles dizem que preferem viver pouco como alguém do que muito como ninguém.” (p.03).*

Vemos escolas também preocupadas com a fama de seus alunos, pois reverterem em fama para a própria instituição, escolas que são “marcas”, fábricas de “alunos-primeiros-lugares” nos vestibulares, de crianças apressadas por dominarem pelo menos dois idiomas, modernas, sofisticadas, garantias de expectativas. Algumas evidências de que a infância está mesmo desaparecendo, é este lugar de consumidor que a criança tem ganhado no mercado, pois *“a história da infância se tornou agora uma indústria importante entre os especialistas”* (Postman, 1999, p.19). São tempos em que se reverenciam as celebridades, as estrelas cadentes, que numa velocidade incrível se tornam decadentes. São descartáveis tanto quanto os vários outros produtos de consumo, atestado na conversão do dito cartesiano: *“Penso, logo existo”* para *“Sou visto/ vejo, logo existo”*. A AD entraria nestas formulações enquanto diferença, estranhamento, aquela que resgata a possibilidade de uma outra escuta. Com o processo de esvaziamento simbólico intermediando e sustentando as relações (hoje as pessoas não têm tempo para conversar, por exemplo), e a infla(ma)ção do consumo como resposta ao mal-estar da civilização, observamos a explosão da violência (e suas várias facetas) como um grito do real, que nos reclama por interpretação.

As condições de produção desses dizeres seriam afetadas pelos sentidos de urbano, de modernidade globalizada, ou ainda, pela cidade que nos a/parece de forma segregada? Sobre isso, Orlandi (2001, p.29) explica que *“A cidade põe o olhar em movimento”* e ainda, que, *“A sensação de fragmentário é*

*efeito da vontade de totalidade dada pela impressão (imaginária) de arredondamento da “paisagem”: totalidade abrangida e abrangente do olhar.”*

Perguntamo-nos: será possível para essa criança “adotada” pelo tráfico fazer ecoar seu discurso na ideologia dominante? Quais efeitos passíveis de leitura sobre a argumentação e a autoria nesse contexto ditado pela mídia com sentidos de opressão e aparente falta de escolha? A partir da metodologia proposta, podemos observar uma conexão com o método interpretativo da psicanálise (Freud apud Ginzburg, 1989), que se dispõe a trabalhar “sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (p.149) e o paradigma indiciário proposto por Ginzburg, que tem como ponto essencial a idéia de que *“Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas-sinais, indícios- que permitem decifra-la”* (id, ibid, p.177). A partir destes métodos, faremos as análises do nosso corpus, que será constituído por material coletado na mídia conforme descrito na seção a seguir.

#### **IV-) Análises discursivas**

*“Eles venceram, e o sinal está fechado pra nós,/ que somos jovens.”. (Belchior)*

O recorte selecionado provém de uma reportagem da Revista Época online, acessada em 05/07/2007, especificamente o trecho que o jornalista transcreve uma brincadeira das crianças “do morro”, exibidas no documentário “Falcão – Meninos do tráfico”:

*“Não muito longe dali, na mesma favela ou em outra, as crianças não brincam de circo. Jogam “boquinha”. Funciona assim, na transcrição literal do documentário. Um dos garotos explica a MV Bill e*

*Celso Athayde: “A brincadeira que nós brinca todo dia, mano, tem várias armas. Nós pega alcalipto e fala que é maconha. Moleque vai compra bagulho e diz que é pó”. Começa então o jogo. São várias crianças. Parecem ter entre 7 e 10 anos. Começam oferecendo o produto da “firma”:*

*- Pó de 10, pó de 10, vem cheirar, essa é da boa.*

*Depois brincam de subornar a polícia.*

*-Tu fala pra aquele tenente lá, daquele batalhão lá, que nós vai furar (baleiar) eles mesmo. Só 3 mil do arrego (suborno). Se quiser mais que isso, pode mandar entrar na favela que nós vai metê bala neles.*

*O passo seguinte é a descoberta de um X-9 (delator).*

*-Entreguei vocês - diz um menino, voz excitada.*

*-Bota fogo nele, meu, cadê os pneus?*

*Não, pelo amor de Deus - grita o que faz papel de X-9.*

*-Vamos desovar (livrar-se do corpo) aqui mesmo. Embora, mano.*

*Muitos gritos. O X-9 está deitado num buraco. Os amiguinhos enchem-no de balas. De brincado.*

*-Esse rapaz aí é pra dar exemplo pra quem não tá preparado pra entrar na vida do crime. Vamos mandar o moleque roubar um carro na pista (cidade). Qualquer um serve pra desovar essa porra aí- diz o gerente de mentirinha.*

*Ouve-se barulhos de tiros. Desta vez são de verdade. A poucos metros dali, um X-9 era executado seguindo passo a passo o roteiro. Não era brincadeira. E ele devia ser só uns poucos anos mais velho.*

*Serginho Fortalece não brincava de boquinha. Vivía.”*

Nestes trechos, observamos as posições-sujeitos dando voz à FI local, propulsora de significações, formando um complexo conjunto de atitudes representadas de forma lúdica, ou seja, como uma brincadeira de crianças, que relacionam às posições de classes em conflito (“*Bota fogo nele*”), ou em aliança (“*pó de 10, vem cheirar*”), ou ainda, como indiferença (“qualquer um serve pra...”) umas com as outras, manifestadas na formação discursiva específica, com uma regularidade: “*A brincadeira que nós brinca todo dia, Mano*”, “*oferecendo o produto*”, subornando a “*polícia*”, “*furando eles - policiais*”, “*desovando*” os “*X-9*”, falando incontáveis palavrões (não incluídos na transcrição, porém, constam no áudio do documentário, um silenciamento midiático do inconveniente?). Aqui, os dados da brincadeira, indiciam alguns dos acontecimentos histórico-sociais naturalizados ideologicamente nestas condições de produção nos morros e no tráfico, quais sejam, o traficar, o matar, o morrer, o subornar, roubar, o discurso autoritário, a “*vida do crime*” em torno dos quais se fundam os discursos das crianças e se produzem os sentidos: eles não se colocam como posicionados no crime, o que daria margem para se deslocarem por lugares discursivos, pela metáfora, mas se colocam como subordinados, apagados enquanto sujeitos, já operando como agentes do Crime (Outro), são agentes metonímicos, portanto, parafrásticos, não assumem lugar de autores, mas sim, reproduzem os sentidos ludicamente ilustrados na brincadeira com discurso autoritário: contra/diçã constituída sócio-historicamente. Um flagra.

A seguir, um segundo recorte, extraído do documentário “*Falcão-Meninos do Tráfico*”, em áudio, retirado dos 15’do bloco da reportagem, da

entrevista de um garoto (nos parece bem novo, no máximo púbere, voz lenta, pesada):

*“Eu num fico não triste com nada, sempre tô se drogando...não penso em nada... só ri.... só alegria... enquanto tem dinheiro... quando o dinheiro acabo tem que robá... tem que mete as cara na pista, o ritmo é chapa quente....hum...tô preparado não, o que vir eu tô fazendo, ainda sô novinho, tem muito pra curtir ainda....se morrer, nasce outro que nem eu, ou pior ou melhor... se morrer vou descansar... é muito esculacho nessa vida”.*

Neste recorte, podemos observar a heterogeneidade constitutiva (“que esgota a possibilidade de captar lingüísticamente a presença do outro no um”, Authier apud Ferreira, 2001 p.17) nas marcas lingüísticas “sempre tô se drogando” (ao invés de me), “só ri” (quem ri?), “quando o dinheiro acabo tem que robá”, “tem que meter as cara”, ou ainda, a desimplicação do sujeito enquanto autor dos seus atos e gestos, o não reconhecimento de se posicionar como “causa” de possíveis efeitos (para aqueles que estiverem “na pista”, os “burgueses”), como se não fizesse diferença “se morrer, nasce outro que nem eu, ou pior ou melhor... se morrer vou descansar”, sem laços sociais, apenas uso e desuso de si e do outro. Este intradiscurso vem com a bagagem linguageira coloquial do capitalismo no tráfico, deste interdiscurso atravessado ideologicamente, ao mesmo tempo próximo ao discurso do capitalismo do Estado, fazendo parecer natural para este sujeito enunciar deste lugar discursivo, da banalização da vida, do comércio de vidas “quando o dinheiro acabo tem que robá”, ele e o dinheiro aqui se equivalem, são cara e coroa, uma só moeda, não é só o dinheiro que acaba, é ele enquanto sujeito que desaparece, vira instrumento “acabo”, e vai roubar, sair da ordem, sair da norma, mas manter o maniqueísmo social; valores reduzidos a preços de coisas materiais, já que as formações ideológicas (FI) promovem o apagamento de

outras realidades possíveis, a saber, aquelas em que a lógica capital nem sempre alcança: as relações balizadas por afetos, a Lei como mediadora e provedora da civilização, a castração como fundadora do poder ser humano. Quanto às pronúncias, erradas perante as normas gramaticais, mas que para a leitura de analistas, indicia um equívoco de outra ordem: das diferenças sociais:

*“Os cidadãos, apesar de declarados iguais perante a lei, são, na realidade, discriminados já na base do mesmo código em que a lei é regida. (...) Talvez não seja por acaso que, em geral, o fator da pronúncia é considerado sempre como uma marca de proveniência regional, e às vezes social, sendo esta área da produção lingüística mais dificilmente “apagada” pela instrução” (Gnerre, 1998, p. 10)*

Aproximando as questões das lutas de classes, tratadas por Pêcheux como constitutivas do materialismo histórico das sociedades, e o tema deste trabalho, observamos como uma posição (tráfico) se contrapõe à outra (Estado), de forma a sustentar esta ilusão fragmentada de diferenças e discrepâncias, sendo que há mesmo algo que as engatam dentro de uma FD: o discurso capitalista. Podemos observar como as “cargas” (as drogas) “dão vapor” (movimentam) “a firma” (tráfico), levam dinheiro à comunidade, aos meninos do tráfico, ao tráfico, aos policiais corruptos. O tráfico e o Estado são sistemas compatíveis? É uma questão que a pesquisadora Feffermann (2006, p. 274) apresenta: *“O Estado, da forma que se apresenta hoje, pode ser concebido como compatível com o tráfico, tanto economicamente quanto na forma violenta e corrupta que se manifesta na ação da polícia na periferia”.*

Esse elo pode ser verificado no enunciado de um dos garotos do documentário, que afirma: *“Se acabar o crime, acaba a polícia. (...) Se não fosse o tráfico de drogas hoje, os polícia ia só tirar o salário deles. (...) Então o tráfico de drogas não vai acabar tão cedo”.* No anseio de uma justificativa quanto ao “já-lá” das FDs que circulam na voz desses jovens, ou na mídia conforme

encontramos, em Feffermann (op.cit., p. 274) nos deparamos com um fio dessa trama histórico-social:

*“O fundamento do poder no tráfico é o mesmo do Estado burguês, o capitalismo. O poder, por fim, está na mesma elite que domina os meios de produção, e que acolhe a lavagem de dinheiro. A diferença é que no âmbito regional do tráfico existe a possibilidade de um diálogo e as regras são claras para manutenção de poder, e a punição mais ainda. A dominação é explícita, não escamoteada.”*

Essa questão dialoga com o que Orlandi (2001, p. 31) nos aponta sobre o que acontece *“quando o espaço é silenciado”*, tamponado metafóricamente, uma consequência seria que ele irá responder significativamente, de outras formas, como por exemplo, através da violência e diz que:

*“Já podemos, então, adiantar que consideramos que resistir à metáfora, ao dizer vivo, é entregar-se ao imaginário, ao “ilusório”, ao cálculo. E, na cidade, o investimento da urbanização sendo da instância do imaginário são muitos os modos que ela apresenta de barrar a metáfora.”* (Orlandi, op.cit., p.30)

Quando perde-se a possibilidade da metáfora, do trabalho simbólico, fica explícita *“a coisa”*, na atuação, entra em cena a barbárie. *“A autonomia do indivíduo possibilitada pelo conflito com o poder perdeu-se na aceitação cega deste. E a idéia de uma cultura humana, calcada na universalidade e solidariedade entre os homens guiados pela razão, é substituída por uma idéia de cultura natural, calcada na irracionalidade da raça e baseada na força”* (Crochic, 1990, p.142 apud Feffermann, 2006, p.274). E nessa direção, inferimos

que não há possibilidade de autoria, pois escancaram-se os olhos, estabelece-se a tagarelice na esfera de uma narrativa derivante e instala-se um silêncio furado e indiciador de “fulgurações”:

*“Pois bem, a narratividade urbana, enquanto fala que desorganiza, é um modo discursivo de se trabalhar a espessura semântica da cidade, atravessar o urbano saturado e flagrar o real da cidade se significando em clarões, relâmpagos, luminosidades que não duram senão o tempo de um flash, de uma mirada, de um lembrete. Fulgurações. Mas que ficam na retina produzindo seus efeitos.”* (Orlandi, 2001, p.36)

Concordamos com a autora acima que analisar as falas dos sujeitos-crianças inseridos no narcotráfico nos coloca diante do real da cidade, isto é, de uma esfera de esburacamento da infância e de banalização dos sentidos de violência.

## **V-) Fechamento: a autoria apagada**

*“A dor da gente não sai no jornal”* (Chico Buarque)

Com todos os fatos com os quais nos deparamos no cotidiano, dentre eles, a Carta dos Direitos Humanos, os Estatutos, e com dados apresentados neste trabalho, as notícias da mídia jornalística, os cartuns, documentários e livros, cada vez mais observamos a opacidade de sentidos dos mesmos, em um mundo cada vez mais globalizado que deixa vazar a discrepância das diferenças sociais ao mesmo tempo em que apaga as singularidades dos sujeitos na massante identificação estimulada pela indústria cultural e no apagamento da infância. Neste trabalho, investigamos indícios de autoria inscritos em um

discurso midiático que dá a ver sobre alguns modos como os filhos e netos do tráfico de drogas ora são falados, e que ora falam, sendo inscritos e se inscrevendo no discurso, fazendo circular traços e vestígios dos sujeitos e seus apagamentos. Buscamos tocar as condições de produção desses dizeres afetados pelo urbano, pela modernidade globalizada, e ainda, pela cidade que nos a/parece de forma segregada em suas aparentes contradições. Tocamos ainda, em alguns efeitos de sentido passíveis de interpretação sobre a argumentação e a autoria nesse contexto ditado pela mídia com sentidos de opressão e aparente falta de escolha. Ainda, vislumbrando fazer uma tessitura com sentidos de crianças no contexto do tráfico de drogas e a mídia, analisamos discursos de sujeito(s), cuja voz faz falar um modo de estar incluído na infância e no tráfico.

E falar sobre tudo isso nos remete à consideração de que *“onde o social é silenciado, nessa organização social urbana que não compreende (apreende) a realidade cidadina em constante movimento, emerge a violência: se o conflito é social, a violência individualiza. E o que não é significado perde-se na marginalidade do interdito, do sem-sentido.”* (Orlandi, 2002, p.36). Consideramos importante a reflexão sobre os efeitos sócio-históricos em nossa sociedade pautada no acúmulo financeiro, que produz efeitos nas relações interpessoais que faz barrar ao invés de socializar (promover laços) o sujeito. Mas uma barra não ao nível simbólico, assujeitando o sujeito, mas uma barra nas possibilidades de se conviver humanamente, respeitando cada um. Fabricam-se sonhos que se articulam ao que o capital pode bancar, mas ao preço de apagarem-se valores que balizem as relações de forma civilizada. E nesse contexto, os sujeitos-crianças do tráfico podem se constituir, inscreverem-se sócio-historicamente, espelharem-se em um suposto “modelo de sucesso” que lhes são acessíveis, que são os “patrões”, os “chefes do tráfico”, que muitas vezes ocupam um lugar vago, o lugar do pai, que adota estas crianças, os alicia na ‘firma’, mas que, também por isso, encarnam o pai totêmico dos mitos, que devora seus filhos. A circulação da droga regida por acordos verbais, pactos de silêncio e lealdade a patrão, instala pagamentos de diversas ordens, em muitos casos com a própria vida. Buscamos tecer outros sentidos para estas crianças, que não os estabilizados pela indústria cultural, tentamos escapar do dito universalizante, dos fios atados pelos estigmas construídos nas mídias, enfatizando o sujeito

(enquanto conceito), os sujeitos (enquanto sujeitos-crianças), reconhecendo estes sujeitos, na tentativa de promover novos gestos de interpretação, uma reflexão sobre o tema da forma mais flexível e ampla possível no momento.

Concluindo, atentamos para as questões relacionadas aos sentidos de criança possíveis nesta grande rede do tráfico como efeito de sentido de uma estrutura ainda maior em que todos nós estamos implicados, ou seja, em que está implicada a sociedade atual com seu vigente modelo capitalista a construir heróis e anti-heróis, muitas vezes compactuando com as formas opressivas de sobre/com/vivência em uma impostura que machuca a todos e especialmente aos ditos “excluídos” e que, no limite, não possibilita igualmente a todos ocuparem a posição de autoria.

## **VI- Referências bibliográficas**

ATHAYDE, Celso & BILL, MV. Falcão - Meninos do tráfico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

CAMPBELL, Joseph. O Poder do mito. São Paulo: Palas Athena, 1990.

COITO, Roselene de Fátima. Leitores em leituras: mas quem deverá ser o mestre? In. GREGOLIN, M. R. e BARONAS, R. (org.) Análise do Discurso: As materialidades do sentido. São Carlos, SP: Claraluz, 2003.

ELIANE, Brum. O vôo do falcão. Artigo da Revista Época on-line, <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR73704-6014,00.html>, acessada em 05/07/2007.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, emblemas e sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GNERRE, Maurizio. Linguagem, escrita e poder. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FEFFERMANN, Marisa. Vidas Arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FERNANDES, Cleudemar. Análise do Discurso – reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas. 2005.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. A Trama enfática do sujeito.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Cidade dos sentidos. São Paulo: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Discurso e Leitura. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

PACÍFICO, Soraya Maria Romano. Argumentação e Autoria: O Silenciamento do dizer. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Ciências, Área: Psicologia. Ribeirão Preto, SP, 2002.

PATTI, Ane Ribeiro e ROMÃO, Lucília Maria Sousa Romão. Sentidos de criança: filhos e netos do tráfico no movimento do discurso. Capítulo de livro aceito, no prelo, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso - uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP, 1998.

POSTMAN, Neil. O desaparecimento da infância. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SAURET, Marie-Jean. O Infantil e a estrutura. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise, 1998.

Psicóloga, Especialização em Psicanálise pela Unifran, Mestranda do Programa de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/ USP).

Professora Doutora do Curso de Graduação em Pedagogia e da Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. (FFCLRP/ USP).

Professora Doutora do Curso de Graduação em Ciências da Informação e da Documentação e da Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. (FFCLRP/ USP). Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos. (UFSCar)